PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Programa de Pós-Graduação em Administração e Programa de Pós-Graduação em Economia FEA/PUC-SP

SUSTENTABILIDADE

ODS 16
PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Disciplina Sustentabilidade 1s 2019
Turma: ADM-NB9
Prof. Dr. Arnoldo José de Hoyos Guevara

Leonardo Giansante, Matheus Miranda,
Maurício Prates

São Paulo
2019

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 3
CAPÍTULO 1. PAZ, E INSTITUIÇÕES EFICAZES 3
1.1 - Conceito de Paz e Justiça 3
1.1.1 - Exemplo de Paz 3
1.1.2 - Exemplo de Justiça: Expedição Ribeirinho Cidadão 5
1.2 - Instituições Eficazes 6
1.3 - Como se Relacionam 10
CAPÍTULO 2. SOCIEDADE E IMPACTOS 15
2.1 - Instituições Públicas 15
2.2 - Instituições Privadas 19
2.3 - Case: Itaú Unibanco Holding S.A. ……..…… 22
2.3.1 - Benefícios Mútuos 23
2.3.2 - A Fundação Pro Paz Passa a Ter Como Funções Básicas 24
CAPÍTULO 3. MUDANÇA DE PENSAMENTO 27
3.1 - Como Condicionar o Pensamento 28
3.2 - Ética Empresarial e Responsabilidade Social 30
3.2.1 - Benefícios do Condicionamento 33
3.3 - Iniciativas de Empresas Socialmente Responsáveis 35
3.3.1 - Estudo de Caso. Al-Nakba 37
CONCLUSÃO 41
REFERÊNCIAS 42

INTRODUÇÃO

A paz e a justiça são conceitos extremamente importantes, com origem no termo latim pax, a paz pode ser definida num sentido positivo e num sentido negativo. No seu sentido

positivo, a paz é um estado de tranquilidade e de quietude; já, em sentido negativo, a paz é a ausência de guerra ou violência.

Olhando pelo lado político e para o direito internacional, a paz é a situação e relação mútua vivida por aqueles que não estejam em clima de guerra. Trata-se, nestes casos, de uma paz social, onde são mantidas boas relações entre comunidades de indivíduos. Ao longo da história, a paz social nem sempre foi considerada como algo bom. Alguns povos, como os vikings, baseavam o seu desenvolvimento nas pilhagens das comunidades vizinhas, pelo que exaltavam os ânimos dos guerreiros e as suas virtudes.

CAPÍTULO 1. PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O vocábulo paz também se pode referir ao tratado ou acordo que é estabelecido entre governantes para acabar com um conflito bélico.

Quando a paz diz respeito ao plano individual, em geral, faz referência a um estado interior despojado de sentimentos negativos como o ódio ou a fúria. Por sujeito em paz entende-se qualquer pessoa que esteja tranquila (ou de bem) consigo mesma e, por conseguinte, com os outros.

Para a religião, a paz é também uma forma de saudação, uma vez que é um valor que se deseja para si mesmo e para o próximo, daí ouvir-se a expressão "Que a paz esteja convosco" e, em algumas missas, chega-se mesmo a dar um beijo no rosto da pessoa que estiver ao lado.

1.1 - Conceito de Paz e Justiça

Podemos dizer que a Pax romana (Paz romana) é um conceito que diz respeito a um governo que exerce o poder unilateral, de forma desmedida (sem controlo) e sem qualquer respeito pelos direitos dos cidadãos.

1.1.1 - Exemplo de Paz

Havia grandes problemas na região do Golfo, na Somália, na Jugoslávia. Como resolvê-los sem violência, ou mantendo-a a níveis muito baixos?

A solução, claro está, seria envolver menos os EUA, um Estado muito beligerante e apostado em soluções militares, e mais as Nações Unidas, desde que estas apresentassem alternativas. Eis algumas:

- Por trás da violência há sempre conflitos, quer dizer, facções com objetivos incompatíveis. Deste modo, um princípio simples como é a ideia de "igual direito à

autodeterminação" para as nações que precariamente coabitavam numa Jugoslávia em vias de desintegração poderia ter transformado a Croácia numa federação com uma parte sérvia; na Bósnia-Herzegovina, os Croatas podiam ter aderido à Croácia, os Sérvios podiam ter criado a sua Republika Srpska, e os Bósnios podiam ter ficado com uma cidade-estado com o centro em Sarajevo; finalmente, o Kosovo seria uma república dentro da Jugoslávia (com um estatuto muito para além da autonomia), talvez mesmo independente, contendo um cantão sérvio.

A manutenção da paz podia assentar, como agora sucede, em armas ligeiras destinadas à autodefesa, a que viria acrescentar-se uma força convencional de polícia para controlo de multidões e treino em técnicas de não-violência e mediação de conflitos, a fim de que todos os elementos das forças de manutenção da paz possuíssem um vasto reportório de meios não-violentos. A isto deveria ainda acrescer

- ❖ um número elevado de agentes de manutenção da paz, ou seja, não tanto "capacetes azuis" como um verdadeiro "tapete azul", tão denso que deixasse pouco espaço para a violência; e
- ❖ pelo menos 50% de agentes de manutenção da paz do sexo feminino, mais preocupadas com os seres humanos e menos com o equipamento, e também com menor probabilidade de serem usadas como alvos.

- ➢ O uso da violência deixa sempre resquícios perniciosos, quer esse uso tenha acontecido há muito tempo, quer seja de data recente. Há que dar início a processos de reconciliação, por sua vez baseados em comissões de apuramento da verdade, em pedidos de desculpas, e em indemnizações, a par de esforços conjuntos de reconstrução e de resolução de conflitos.

> "Mas que acontecerá, então, ao soldado? Pode ser que este seja o novo soldado, conhecedor das técnicas da violência – para, entre outros motivos, compreender quem é violento –, mas treinado na não-violência e dotado de elevados níveis de empatia com todas as partes envolvidas e de criatividade com vista à procura de soluções. Ou então, que haja militares a cooperar com não-militares nas tarefas de manutenção da paz, e que essa colaboração seja não apenas com a polícia mas também com civis, incluindo os objetores de consciência, eliminando dessa forma um fosso antiquíssimo. E nunca esquecendo a paridade entre os sexos. Há tanta coisa que pode ser feita!"

O trecho a cima demonstra como a paz pode ser aplicada através de uma forma militar, um exemplo de conflitos internacionais que merecem intervenção de acordo com a opinião do autor Johan Galtung.

O conceito de justiça tem a sua origem no termo latino iustitĭa e refere-se a uma das quatro virtudes cardinais (ou cardeais), aquela que é uma constante e firme vontade de dar aos outros o que lhes é devido. A justiça é aquilo que deve fazer de acordo com o direito, a razão e a equidade.

Por outro lado, a justiça refere-se ao Poder Judicial e à pena ou ao castigo público. Desta forma, quando a sociedade "pede justiça" perante um crime, o que faz é pedir ao Estado que garanta que o crime seja julgado e castigado com a pena merecida, de acordo com a lei vigente.

Em matéria de religião, a justiça é o atributo de Deus pelo qual ordena todas as coisas em número, peso ou medida. Assim, a justiça é a divina disposição com que castiga ou compensa, conforme merece cada um.

Pode-se dizer que a justiça tem um fundamento cultural (baseado num consenso social sobre o bem e o mal) e um fundamento formal (aquele que é codificado em disposições escritas, aplicadas por juízes e pessoas especialmente designadas).

Cabe ressalvar que o conceito de justiça social é usado para fazer referência ao conjunto de decisões, normas e princípios considerados razoáveis de acordo com um determinado colectivo social. O termo permite referir-se às condições necessárias para que uma sociedade se possa desenvolver relativamente igualitária em termos económicos, e compreende o conjunto de decisões, normas e princípios considerados razoáveis para garantir condições de trabalho e de vida decentes para toda a população.

Conviver com a desigualdade social, e tantos outros males que são frutos da injustiça é, particularmente, vergonhoso para uma nação. Ainda mais quando se têm "recursos de sobra", bem mais que o suficiente para edificar e manter uma sociedade justa. Diante de tantas possibilidades, percebe-se que a grave situação atual, de desigualdade, não é "obra do acaso". As análises históricas mostram que é opção deliberada, emoldurada, pela incompetência de muitas pessoas. E o resultado é a injustiça que compromete a paz.

1.1.2 - Exemplo de Justiça: Expedição Ribeirinho Cidadão

Iniciativa da Defensoria Pública de Mato Grosso e do Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJMT), por meio do Juizado Ambiental, a Expedição Ribeirinho Cidadão tem o objetivo de prestar assistência jurídica e social, integral e gratuita, à população que reside em regiões inóspitas do Pantanal mato-grossense.

A expedição teve início em 2008, motivada pela realidade enfrentada por milhares de ribeirinhos, desassistidos de políticas públicas, sem assistência jurídica e acesso à cidadania e, na medida em que foi sendo realizada, foram incorporados novos serviços, por meio da ampliação das parcerias.

A exemplo da oitava edição, realizada em 2015, quando, além da assistência jurídica, foram emitidas carteiras de trabalho, identidade e CPF, realizados atendimentos odontológicos, oftalmológicos e de clínicos gerais, dinâmicas de consciência ambiental, doação de materiais como vestimentas, calçados e cobertores, mediante a entrega de lixo retirado das margens dos rios, consulta sobre aposentadoria, benefícios de prestação continuada, auxílio doença, laudo de perícia psicossocial e programa Bolsa Família.

O número de atendimentos superou todas as expectativas. Em 15 dias foram realizados 5.421 mil atendimentos e procedimentos, um aumento de 26,2% em relação a última edição.

A corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, conheceu o projeto durante visita à cidade de Cuiabá no último dia 14 de julho."

No exemplo a cima, a justiça foi feita em cima em cima do suprimento das necessidades das pessoas que foram atendidos pela expedição.

Somente a justiça, instrumento para a construção da paz, pode reconfigurar fundamentalmente as posturas que geram desequilíbrio social e submetem grande parte da população a agressões à sacralidade da vida humana. Assim, a inteligência normativa, que busca garantir o funcionamento justo da sociedade, precisa ser fecundada pela lucidez de princípios sólidos, não imediatistas e utilitaristas. Investir na justiça é imprescindível para a conquista da paz.

1.2 - Instituições Eficazes

Do latim "institutiōne" (que significa "sistema; disposição"), o termo "instituição", para além de fazer alusão à ação e ao efeito de instituir (fundar, dar começo, erigir) algo, é uma coisa instituída, isto é, estabelecida ou fundada. Trata-se de um organismo que cumpre com uma função de utilidade pública. Por exemplo: "O bispo pediu para colaborar com as instituições de caridade social para ajudar os mais necessitados", "Uma instituição educativa da cidade realizou um concurso de escrita", "O funcionário visitou uma instituição cultural e prometeu a entrega de um subsídio".

A palavra instituição pode ser usada como sinónimo de fundação, organização ou entidade, dependendo do contexto. Em alguns casos, falar de “instituição educativa” é o mesmo que “instituto educativo” ou “estabelecimento escolar”.

A instituição, no entanto, não é necessariamente um lugar físico. As normas de conduta, os preceitos e os costumes que regem uma sociedade também são consideradas instituições. Neste sentido, instituições (no plural) são, para além de uma estrutura de ordem social que rege o funcionamento de uma sociedade, leis fundamentais por que se rege um país. Fazer uma reverência em forma de saudação ou fazer o sinal da cruz ao entrar numa igreja são instituições sociais.

As instituições políticas, por fim, fazem referência às organizações fundamentais de um Estado ou de uma nação. Estas instituições são os órgãos do poder soberano no território em questão.

As instituições, podem ser instituições privadas, sendo elas com intenção de lucro ou não (ONGs), que são administradas por habitantes da sociedade, que são criadas para suprir alguma necessidade da sociedade.

A instituição religiosa é uma pessoa jurídica de direito privado constituída por pessoas físicas ou jurídicas que professam uma religião segundo seus ditames religiosos e sob a perspectiva de uma fé, na vivência do culto divino, de um carisma, de uma ideologia, de uma filosofia de vida que lhes forneça o fundamento para suas iniciativas religiosas, educacionais, assistenciais e outras. Elas são resultado da confissão e vivência da fé de seus membros ou integrantes. Na perspectiva religiosa, a fé deve ser vista como um dom, uma dádiva da bondade de Deus concedida ao homem. Segundo o dicionário Novo Aurélio da Língua Portuguesa, por fé entende-se: 1) Crença religiosa; 2) Conjunto de dogmas e doutrinas que constituem um culto; 3) Rel. A primeira virtude teologal: adesão e anuência pessoal a Deus, seus desígnios e manifestações; 4) Firmeza na execução de uma promessa ou de um compromisso; 5) Crença, confiança; 6) Asseveração de algum fato.

As instituições religiosas são constituídas sob o manto confessional. São portadoras de um direito próprio que regula e disciplina sua vida, organização e atividades. Como exemplos deste tipo de organização podem ser citados: Igrejas, Dioceses, Prelazias, Mitras, Ordens, Congregações, Institutos de Vida Consagrada, Institutos de Vida Apostólica e outras.

As instituições religiosas tem um bom papel na aplicação da paz e da justiça, uma vez que pregam estes valores e de acordo com o que se é pregado, os valores devem ser seguidos de acordo com os ensinamentos de cada Deus de cada religião, a igreja, teoricamente tem como

dever fazer cumprir estes conceitos, não é incomum ver uma instituição religiosa participar de programas para a sociedade, a beneficiando de alguma forma, existem também o outro lado da moeda, onde a instituição religiosa está apenas na intenção de lucrar com a fé alheia.

Exemplo de instituição que, diante dos problemas, resolveu ousar e, hoje, é reconhecida servindo como modelo para outras instituições que tiverem coragem de realizar uma "Revolução Educacional".

Em São Paulo a Escola Municipal Desembargador Amorim Lima baseou-se no modelo português e também resolveu ousar. Desde 1996, com a chegada de Ana Elisa Siqueira como diretora, passou a viver suas transformações baseado nos projetos democráticos da Escola da Ponte. Para a elevação do grau de compromisso com o Projeto todos os segmentos da escola foram envolvidos, e uma gestão verdadeiramente democrática se instalou na instituição.

Em Ibiúna o Centro Integrado Municipal de Educação Básica "Bairro Recanto Primavera", baseado nos princípios de democracia e autonomia tenta encontrar caminhos para alcançar uma escola de qualidade para todos.

Hoje esta escola é reconhecida pelo seu Projeto ousado e eficaz.

Essas escolas serão estudadas nessa pesquisa com o intuito de provar que é preciso colocar novas teorias em prática, para transformar a educação e que a escola democrática é o caminho para um ensino de qualidade para todos.

A concepção democrática de escola respeita o educando como ser único que constrói seu aprendizado, e é capaz de encontrar a melhor maneira para construir seus conhecimentos.

O professor nessa concepção é o mediador, que proporciona vários meios de aprendizagem, caminha junto, e interfere nas horas necessárias.

A escola passa a ser administrada por toda a comunidade, buscando caminhos para torná-la cada vez mais competente e capaz de cumprir seu papel na sociedade.

Esse trabalho analisará o conceito, e as características de uma escola democrática, verificando suas possibilidades de oferecer uma educação de qualidade para todos, voltado para a diversidade presente em uma sala de aula.

As políticas e pesquisas comprovam o fracasso da educação, e a necessidade de mudança em toda a organização escolar, começando com o projeto político pedagógico que conduzirá todos os trabalhos da instituição.

Outro exemplo de instituição eficaz, é a ONU, com o exemplo a seguir:

"O Brasil tem ocupado cada vez mais destaque no cenário de operações de paz sob a égide das Nações Unidas.

Em diferentes regiões do globo, uma força militar de mais de 95 mil capacetes azuis, cujas missões são lideradas pelo Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas (DPKO), atua para resolver conflitos da melhor forma possível: por vias pacíficas. Deste quantitativo cerca de 250 brasileiros, dentre militares das Forças Armadas e Policiais, contribuem para promover ou manter a paz em regiões de conflito. A participação do Brasil em Operações de Manutenção de Paz remonta a datas anteriores à criação da Organização das Nações Unidas (ONU). De fato, mesmo não fazendo parte da Liga das Nações desde 1926, o Brasil teve papel fundamental, na década de 30, na mediação no "Conflito de Letícia", entre Colômbia e Peru.

Já na fase inicial da vida da ONU, o Brasil participou com diplomatas e observadores militares na Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs (UNSCOB), na porção meridional da Europa, criada para monitoramento fronteiriço em face das tentativas de intervenção da Albânia, Bulgária e Iugoslávia na guerra civil grega.

O primeiro envio de tropas a um país estrangeiro teve início em 1956, com a participação na Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF), criada para evitar conflitos entre egípcios e israelenses e pôr fim à Crise de Suez.

O Brasil assumiu tarefas de coordenação e comando militar de importantes operações, como no Haiti (MINUSTAH/2004) e no Líbano (UNIFIL/2011), o que trouxe prestígio à política externa do País, aumentando a projeção brasileira no cenário mundial. Enquanto a primeira trouxe a relevo nossa participação fundamental para a consecução da estabilidade política daquele país (Haiti), a segunda se destaca por possuir o Brasil na liderança da única força naval atuando pela ONU no mundo.

Ao todo, o Brasil já participou de aproximadamente 50 missões das Nações Unidas, tendo enviado cerca de 50 mil militares ao exterior. Atualmente, o Brasil mantém observadores militares e oficiais de Estado-Maior em missões no Chipre, na República Centro-Africana, no Saara Ocidental, na República Democrática do Congo, na Guiné Bissau, no Sudão e no Sudão do Sul.

Em 2010, o país passou a contar com o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil – Centro Sérgio Vieira de Mello (CCOPAB), localizado na Vila Militar, na cidade do Rio de Janeiro, um estabelecimento voltado à preparação de militares, brasileiros e estrangeiros, que irão compor as missões de paz das Nações Unidas.

Desde 2011, as Forças Armadas brasileiras estão no comando da missão de paz da Força-Tarefa Marítima (FTM) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). A

Marinha do Brasil mantém um navio e uma aeronave orgânica na costa libanesa com o objetivo de impedir a entrada de armas ilegais e contrabandos naquele país, além de contribuir para o treinamento da Marinha libanesa, de modo que possa conduzir suas atribuições de forma autônoma".

1.3 - Como se Relacionam

O conceito de paz, justiça e as instituições eficazes se relacionam a partir do momento em que para se aplicar as denominadas "paz" e justiça" abordadas anteriormente, é necessário um controle desta aplicação, de uma maneira onde as instituições que as controlam sejam eficazes, sejam elas públicas ou particulares.

As instituições públicas são instituições que servem ao povo, e tem seu direcionamento estratégico para suprir necessidades dentro da sua área de jurisdição, desta maneira, serão responsáveis tanto pela gestão das políticas públicas de saúde, ensino, e todas as esferas que envolvem as necessidades garantidas por direito aos cidadãos, de acordo com o presidente da ENAP (Escola Nacional de Administração Pública) , as políticas públicas e a gestão do ensino devem estar alinhadas para o bom funcionamento da gestão. Foi anunciado, que a agenda 2030 será montada com base em diversas ODS, sendo a 16, tema deste trabalho, uma delas, e que é um dos maiores compromissos e desafios enfrentados, pois, não é de hoje que o país encontra diversas dificuldades nas esferas públicas, a história do Brasil é marcada por gestões populistas e ditatoriais, onde toda a população não recebe o suporte necessário do governo.

As instituições privadas também têm um papel muito importante, de acordo com Vicente Falconi, as instituições (sejam elas privadas ou públicas), existem para suprir uma necessidade do ser humano, e por este motivo, devem ser recompensadas por suprir esta necessidade da sociedade, logicamente, prestando seu apoio e serviço à comunidade, e a maneira mais aceita hoje em dia e que está sendo tema discutido, é a governança corporativa dentro das empresas. A governança corporativa é uma maneira de se deixar mais transparente as relações que as instituições privadas tem com a comunidade, criando mais confiança para investidores e é uma maneira de se ter mais certeza que a empresa está cumprindo seu dever com a sociedade, a governança corporativa é dividida em diversas camadas, onde em cada camada se considera um nível maior de transparência da instituição, as empresas que são consideradas as mais transparentes e boas à comunidade estão classificadas no "Novo Mercado", que tem os seguintes critérios:

O capital deve ser composto exclusivamente por ações ordinárias com direito a voto;

No caso de alienação do controle, todos os acionistas têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço (tag along de 100%) atribuído às ações detidas pelo controlador;

Instalação de área de Auditoria Interna, função de Compliance e Comitê de Auditoria (estatutário ou não estatutário);

Em caso de saída da empresa do Novo Mercado, realização de oferta pública de aquisição de ações (OPA) por valor justo, sendo que, no mínimo, 1/3 dos titulares das ações em circulação devem aceitar a OPA ou concordar com a saída do segmento;

O conselho de administração deve contemplar, no mínimo, 2 ou 20% de conselheiros independentes, o que for maior, com mandato unificado de, no máximo, dois anos;

A empresa se compromete a manter, no mínimo, 25% das ações em circulação (free float), ou 15%, em caso de ADTV (average daily trading volume) superior a R$ 25 milhões;

Estruturação e divulgação de processo de avaliação do conselho de administração, de seus comitês e da diretoria;

Elaboração e divulgação de políticas de (i) remuneração; (ii) indicação de membros do conselho de administração, seus comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (iii) gerenciamento de riscos; (iv) transação com partes relacionadas; e (v) negociação de valores mobiliários, com conteúdo mínimo (exceto para a política de remuneração);

Divulgação simultânea, em inglês e português, de fatos relevantes, informações sobre proventos e press releases de resultados;

Divulgação mensal das negociações com valores mobiliários de emissão da empresa pelos e acionistas controladores.

Confira a fala do secretário-executivo do Ministério Transparência e Controladoria-Geral da União, José Marcelo Castro de Carvalho:

"O ODS 16 traz metas voltadas à prevenção da violência, combate ao crime organizado, promoção do acesso à justiça, combate à corrupção e construção de instituições eficazes e transparentes, garantindo a tomada de decisão inclusiva e participativa. Para que o ODS 16 seja devidamente implementado, essas metas devem ser incorporadas à realidade brasileira. Portanto, hoje este seminário será uma oportunidade para discutir como se apoiar nesta Agenda 2030 para acompanhar o Brasil neste caminho". Onde há transparência, há combate à corrupção".

Destacou ainda, a necessidade de agilizar as ações para cumprimento dos ODS:

“Reforço a importância de haver senso de urgência e coordenação dos diversos envolvidos, para concretizar todas as medidas cabíveis para a necessária e efetiva implementação dos ODS”, arrematou.”

Ou seja, a empresa deve deixar bastantes dados a disposição para uma boa transparência e boa relação com a comunidade, estas características, estão sendo cada vez mais valorizadas e utilizadas por grandes corporações que se denominam “Instituições Eficazes”.

Portanto, se conclui que as instituições eficazes são uma forma de ter mais transparência e certeza do cumprimento da “Paz” e da “Justiça”, por um lado, as instituições públicas tem o dever de fazer cumprir e fiscalizar, e as instituições privadas estão aplicando a Governança Corporativa para mostrar à comunidade e aos investidores a sua transparência na aplicação destes temas.

Um dos temas em que a ODS se enquadra muito, é no tema da infância e da juventude, quando falamos de adolescência, observamos que há poucas políticas públicas estruturantes voltadas para essa faixa etária. As políticas existentes, que são específicas para essa faixa etária, em geral são voltadas para aqueles que já são considerados como um problema para a sociedade.

No Brasil, temos a Lei de Aprendizagem, mas faltam outras políticas efetivas para investir no futuro e no projeto de vida desses adolescentes. Há um grande risco se não consideramos que essas pessoas são detentoras do potencial de futuro do país. São os adultos da próxima geração.

Não temos, nas políticas sociais brasileiras, uma visão de investimento contínuo para cada fase da vida do cidadão. Hoje percebemos todo um esforço de proteção e investimentos na primeira infância, o que é extremamente importante. Mas falta ainda uma percepção da necessidade na continuidade desses investimentos para as etapas seguintes da vida. Os adolescentes precisam de investimento público, para que desenvolvam todo seu potencial.

Precisamos refletir sobre como construímos a autonomia dessas crianças e adolescentes quando ofertamos a eles uma educação pública de péssima qualidade e que não melhora a sua inserção no mercado de trabalho e sua qualidade de vida? O mercado de trabalho é cada vez mais qualificado e depende de conhecimento em tecnologia e idiomas, que a educação pública hoje não dá conta de oferecer.

Figura 1. Escola Pública

O resultado disso é a reprodução de ciclos de pobreza. Você não atua na prevenção do envolvimento com a violência, nas questões sociais. Por outro lado, há políticas absolutamente repressivas, que não olham essas pessoas como alguém em situação de vulnerabilidade.

Essas pessoas não são reconhecidas como cidadãs e passam de invisíveis para agressoras em uma rapidez surpreendente. Junto a isso, temos a lógica de encarceramento como solução para a violência, mas já se sabe que não resolve, pois aumentamos a população carcerária, mas não diminuímos a violência.

O nosso sistema de justiça juvenil vem desconsiderando tratados internacionais, dos quais o Brasil voluntariamente assinou, que estabelecem a internação como última medida a ser tomada, em casos de adolescentes em conflito com a lei. Aqui, ela é a primeira.

Entre todos os tipos de atos infracionais cometidos por adolescentes inseridos no sistema socioeducativo, os maiores números ficam para roubo (11.632) e tráfico (6.350), lembrando que o tráfico de drogas é considerado uma das piores formas de trabalho infantil, mas não entendemos esse adolescente como uma vítima de exploração.

O sistema penitenciário está imerso em uma crise de funcionamento e o sistema socioeducativo (internação de adolescentes) não cumpre a sua função de reeducar. É a lógica de funcionamento da mentalidade de punição no Brasil que precisamos rever do ponto de vista de sociedade.

Figura 2. Prisão Precária

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem uma série de programas voltados para ampliar o acesso à Justiça e reduzir a violência, inclusive em temas específicos, como tráfico de pessoas ou violência contra a mulher.

A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), da qual o CNJ também é parte, foi constituída em 2010 para planejar e implementar a coordenação de ações e metas nas áreas de justiça e segurança pública, em âmbito nacional, que exijam esforços articulados. Entre suas metas, estão, por exemplo, acabar com a subnotificação dos crimes de homicídio.

Já o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp) oferece dados integrados de segurança e violência para todo o país. Há possibilidade de consultas estatísticas sobre drogas, segurança pública, justiça criminal, sistema prisional, entre outras. O Sinesp pretende subsidiar diagnósticos de criminalidade, formulação e avaliação de políticas de segurança pública e promover a integração nacional de informações de forma padronizada.

O Ministério da Justiça, por sua vez, tem a atribuição de planejar e executar políticas públicas de combate à lavagem de dinheiro e à corrupção no Brasil. Entre as ações executadas estão a coordenação do processo de recuperação de ativos enviados para o exterior, por intermédio da Cooperação Jurídica Internacional; a gestão da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA); a coordenação da Rede de Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD) e o Programa Nacional de Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD).

A busca pelo aprimoramento da integridade e da prevenção à corrupção na administração pública são alvos de ações da Controladoria Geral da União (CGU). O país foi o primeiro a passar por uma avaliação internacional sobre seu sistema de integridade da administração pública federal e novas metodologias vêm sendo desenvolvidas.

Por fim, assegurando o debate democrático, há o decreto que institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) – Decreto nº 8.243, de 2014. E para o acesso aos dados do Estado brasileiro há a Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, de 2011.

CAPÍTULO 2. SOCIEDADE E IMPACTOS

Os impactos da paz, justiça e instituições eficazes são possíveis de serem visualizados de maneira simples por nós brasileiros, dado que estamos em um país que infelizmente figura como um dos mais violentos do mundo, onde apenas 8% dos assassinatos são esclarecidos segundo a ONG Rio da Paz.

Para ilustrar melhor o tema separamos um trecho de um trabalho que explora essa questão no país.

> "A violência é um fenômeno complexo que é resultado da interação de muitos fatores, sendo que entender cada um deles é fundamental para se construir políticas públicas eficientes que se propõem a enfrentar todos os aspectos que envolvem esse problema".

No mundo todo, a violência está entre as principais causas de morte de pessoas na faixa etária de 15 a 44 anos (OMS, 2002). Segundo dados disponíveis do DATASUS (2006), em 2004 os acidentes e as violências foram responsáveis por 19,57% das mortes em crianças de 1 a 5 anos, 36,55% na faixa etária de 5 a 9 anos, 45,73% entre 10 e 15 anos e 71,54% de 15 a 19 anos de idade, representando o primeiro lugar entre os óbitos nestas idades, sendo a terceira causa entre todos os óbitos no Brasil.

2.1 - Instituições Públicas

Em 1996, a Quadragésima Nona Assembleia Mundial de Saúde declarou que a violência é um problema importante e crescente de saúde pública no mundo, trazendo sérias consequências para indivíduos, famílias, comunidades e países; e gerando enormes efeitos prejudiciais no setor de saúde (OMS, 2002).

Portanto, no Brasil e no mundo, ela é considerada um problema de saúde pública, já que possui enorme impacto na qualidade de vida e nos índices de morbidade e mortalidade da população.

Desta forma, é urgente e necessária uma intervenção social, capaz de preveni-la, onde se deve ter metas a curto e longo prazos, tais como a implantação de políticas públicas, programas e ações que objetivem mudanças estruturais, socioculturais, econômicas e subjetivas capazes de alterar as condições que favorecem esse fenômeno. Compreendê-la e superá-la, por tanto, exige uma abordagem intersetorial, pluricausal e multidisciplinar no sentido de formular estratégias específicas em cada setor, porém articuladas e coordenadas de forma a promover todo esse conjunto de transformações.

É fundamental envolver toda a sociedade, inclusive, crianças e jovens, estimulando o compromisso e a responsabilidade de cada um na preservação dos direitos das pessoas e na construção de uma cultura de paz na sociedade e se contrapor à cultura da violência.

Nesse sentido, é responsabilidade dos órgãos públicos, acadêmicos, da sociedade civil e de todos os cidadãos o desenvolvimento de políticas públicas e programas que se proponham a reduzir esses índices e a prevenir a ocorrência das situações de violência. O trabalho intersetorial e multidisciplinar é fundamental para se alcançar os objetivos pretendidos e efetivamente alterar essa realidade.

A saúde pública tem papel crucial neste processo, pois além de ser diretamente impactada por esse fenômeno e atuar no acolhimento, tratamento e reabilitação dos envolvidos nas situações de violência; ela também tem função e responsabilidade de desenvolver medidas e ações que tenham como objetivo a prevenção deste problema. São inúmeras as estratégias que a saúde pública pode adotar e aliás, tem adotado, no sentido de contribuir para a redução e a prevenção deste fenômeno.

Segundo Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, desde os anos 80, o campo de saúde pública tem contribuído significativamente na construção de respostas efetivas a esse problema. Muitos profissionais, pesquisadores e serviços de saúde pública tornaram-se protagonistas na árdua tarefa de entender as raízes da violência e evitar que ela ocorra (OMS, 2002).

Por isso, o presente trabalho se propôs a discutir alguns dos principais aspectos que caracterizam as políticas públicas e ações de prevenção da violência e promoção da cultura de paz, dando ênfase no papel da saúde pública.

Primeiramente, procurou-se definir violência e cultura de paz com o objetivo de apresentar a conceituação utilizada ao longo da discussão. Na sequência, o foco foi apresentar aspectos fundamentais e algumas das diferentes áreas sociais que possuem papel importante na construção de políticas públicas de prevenção e enfrentamento da violência. Foi possível perceber que cada um dos setores da sociedade possui um papel nesse processo e que a articulação entre eles é imprescindível para que as políticas e ações se fortaleçam e consigam efetivamente abordar os múltiplos fatores que a determinam e a caracterizam. Por fim, procurou-se discutir e apresentar o papel da saúde pública na prevenção da violência e na promoção da cultura de paz. (Fernanda Ferreira).

Como destacado no trecho acima a violência se tornou um problema de saúde pública no Brasil, onde cabe ao Estado tomar medidas enérgicas num viés de redução de casos de crimes violentos (o mais importante) e em seguida melhorar em relação aos esclarecimentos desses crimes, o que posteriormente geraria um ambiente mais pacifico, seguro, onde as decisões não precisam trilhar nenhum caminho que agrida o próximo.

Para podermos entender melhor esses casos de violência separamos uma imagem onde ilustra o mapa mundi, que os países em azul (52, no total) representam o mesmo número de homicídios que o Brasil em 2015 (59.000 assassinatos).

Figura 3. Homícidios 2015 – Brasil X Mundo

Uma das ações da humanidade para melhorar a qualidade de vida em geral, a paz e oportunidades iguais para todos foi a criação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) que tem por objetivo contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, ciências naturais, ciências sociais/humanas e comunicações/informação. Para entendermos melhor a importância desta organização dessas pautas destacada acima separamos um trecho de um programa da UNESCO (O Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz).

> “Desde sua criação ao final da Segunda Guerra Mundial, a UNESCO tem agido sempre de acordo com os princípios delineados no preâmbulo de seu Ato Constitutivo: "Uma vez que as guerras começam na mente dos homens, é na mente dos homens que as defesas da paz devem ser construídas".

Esse Ato Constitutivo foi tão visionário na época quanto é relevante atualmente: é fundado em uma análise acurada dos processos pelos quais a paz e a guerra podem ser alcançadas, e refere-se ao ideal democrático de "que a paz baseada exclusivamente nos arranjos políticos e econômicos dos governos não seria uma paz que pudesse assegurar o apoio sincero, unânime e duradouro dos povos do mundo, e que a paz, para que perdure, deve, por esse motivo, ser fundada sobre a solidariedade moral e intelectual da humanidade ".

Mesmo trabalhando em uma variedade de campos de atuação, a missão exclusiva da UNESCO é a construção da paz: "O propósito da Organização é contribuir para a paz e a segurança, promovendo cooperação entre as nações por meio da educação, da ciência e da cultura, visando a favorecer o respeito universal à justiça, ao estado de direito e aos direitos humanos e liberdades fundamentais afirmados aos povos do mundo". (Artigo 1 do Ato Constitutivo).

No entanto, foi em 1989, alguns meses antes da queda do muro de Berlim, durante o Congresso Internacional para a Paz na Mente dos Homens, em Yamassoukro (Costa do Marfim), que, pela primeira vez, a noção de uma "Cultura de Paz" foi expressa. Desde então, essa ideia tornou-se um movimento mundial.

Em fevereiro de 1994, durante o primeiro Fórum Internacional sobre a Cultura de Paz, realizado em San Salvador (El Salvador), Federico Mayor lançou o debate internacional sobre o estabelecimento de um direito da paz, esboçado na Declaração de Viena (1993), na qual foi afirmado que direitos humanos, democracia e desenvolvimento são interdependentes e reforçam-se mutuamente. Em 1995, os Estados-Membros da UNESCO decidiram que a Organização deveria canalizar todos os seus esforços e energia em direção à Cultura de Paz.

Na estrutura da Estratégia de Médio Prazo (1996-2001), um projeto transdisciplinar chamado "Rumo à Cultura de Paz" foi estabelecido. No contexto desse projeto, ONGs, associações, coletividades, jovens e adultos, redes de jornalistas, rádios comunitárias e líderes religiosos de todo o mundo trabalhando em favor da paz, da não-violência e da tolerância estão ativamente empenhados em promover a disseminação da Cultura de Paz. Além disso, em 20 de novembro de 1997, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o ano 2000 o Ano Internacional da Cultura de Paz, sob a coordenação geral da UNESCO. (O Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz).

Figura 4. UNESCO

2.2 - Instituições Privadas

O tema de responsabilidade social empresarial teve início em 1960, nos Estados Unidos, tendo por motivação a consciência dos segmentos da sociedade em relação à responsabilidade das empresas na preservação do meio ambiente e dos direitos dos consumidores, sendo estas questões compreendidas como de caráter social por estarem relacionadas a problemas da sociedade. Somente nos últimos anos, em função das transformações ocorridas na economia mundial, a noção de responsabilidade social empresarial passou a envolver um conjunto bem mais amplo de ações. No início as ações sociais eram chamadas de filantropias onde os empresários tinham o intuito de retribuir a sociedade parte dos ganhos que obtiveram de suas empresas. Já a responsabilidade social é um estágio mais avançado, pois buscou estimular o desenvolvimento do cidadão, com a ajuda de todos os que vivem em sociedade.

> “A filantropia objetiva contribuir para a sobrevivência de grupos sociais desfavorecidos. A responsabilidade social busca a sustentabilidade e a autos sustentabilidade de grandes e pequenas comunidades”.
>
> NETO e FROES - 2004, p.27

Com as demandas atuais da sociedade as empresas estão substituindo os conceitos clássicos de que apenas devem gerar lucros para os acionistas e começando a implantar, de forma estratégica, a responsabilidade social dividindo, deste modo, espaço com os interesses da comunidade, dos fornecedores, dos clientes e até mesmo dos funcionários, trazendo benefícios para todos os envolvidos.

Conforme Toldo (2002 p. 76-77) a responsabilidade social se destacou durante o julgamento de Henry Ford, dono, sócio e acionista da empresa Motor Company e de seu grupo de acionistas que eram contra suas ideias. Em 1916, Ford decidiu iniciar um projeto com objetivos sociais, onde não queria mais distribuir parte dos dividendos para os seus acionistas, para assim investir na capacidade de produção, aumento de salários e em um fundo de reserva para diminuir a receita de sua empresa devido à redução de preços dos automóveis.

Na segunda Guerra Mundial, as empresas que respondiam apenas para os seus acionistas começaram a receber críticas. Pois os acionistas e os proprietários passivos que abdicavam do controle em prol dos diretores, poderiam assumir responsabilidades com os seus públicos. Em meados dos anos 50 nos Estados Unidos e no final da década de 60 na Europa, o meio empresarial e acadêmico discutia como era importante a responsabilidade social gerada pelas ações de seus dirigentes.

Nos anos 60, autores europeus apresentaram problemas sociais e possíveis soluções, e nos Estados Unidos as empresas se preocupavam com a questão ambiental e em divulgar as suas atividades no campo social. A década de 70 inicia-se tentando entender como as empresas deveriam responder por suas obrigações sociais. A demonstração para a sociedade das ações empresariais torna-se extremamente importante para os negócios. Sendo assim, a participação de vários autores na questão da responsabilidade social na década de 90, apresenta a discussão sobre os temas ética e moral nas empresas, que contribuiu para a definição do papel das organizações e a conceituação de responsabilidade social.

A responsabilidade social empresarial conforme Rosemblum (2000, apud NETO; FROES, 2004, p.31) é “uma conduta que vai da ética nos negócios às ações desenvolvidas na comunidade, passando pelo tratamento dos funcionários e relações com acionistas, fornecedores e clientes”. Para cumprir estas ações, foram criadas sete diretrizes/princípios que as organizações devem seguir para ter uma boa política de responsabilidade social implantada.

A seguir serão apresentadas as sete diretrizes da responsabilidade social:

- **1. Accountability**: de acordo com a norma ABNT NBR ISO 26000 (2010, web) este princípio aborda como a organização deve prestar contas e se responsabilizar pelos impactos que gera na sociedade, na economia e no meio ambiente.
- **2. Transparência**: segundo a norma da ABNT NBR ISO 26000 (2010, web): "convém que uma organização divulgue de forma clara, precisa e completa, e em grau razoável e suficiente, as políticas, decisões e atividades pelas quais é responsável, *inclusive seus impactos conhecidos e prováveis na sociedade e no meio ambiente".*
- **3. Comportamento ético**: é de extrema importância que as organizações possuam um comportamento ético, baseado na honestidade, equidade e integridade, conforme a norma ABNT NBR ISO 26000 (2010, web). Para o Instituto ETHOS (s.d. web) "os princípios éticos devem compor a base da cultura de uma empresa, orientando sua conduta e fundamentando sua missão social".
- **4. Respeito pelos interesses das partes interessadas**: conforme o Instituto ETHOS (s.d., web): "A atuação cidadã e responsável da organização deve considerar o seu envolvimento e os impactos de suas atividades sobre todos aqueles com os quais ela se relaciona".
- **5. Respeito pelo estado de direito**: é fundamental que as organizações estejam cientes das leis, normas e regulamentos aplicáveis as suas atividades. Segundo a norma ABNT NBR ISO 26000 (2010, web): O estado de direito refere-se à supremacia da lei e, em especial, à ideia de que nenhum indivíduo ou organização está acima da lei e que o governo também está sujeito à lei. [...]. No contexto da responsabilidade social, respeito pelo estado de direito significa que a organização obedece a todas as leis e regulamentos *aplicáveis.*
- **6. Respeito pelas normas internacionais de comportamento**: para a norma da ABNT NBR ISO 26000 (2010, web) é importante que as organizações se atentem as normas internacionais de comportamento, ao mesmo tempo em que incorpora o princípio de estado de direito.
- **7. Respeito pelos direitos humanos:** de acordo com EON (2015, web) é necessário que a empresa reconheça "a importância e a universalidade dos direitos humanos, cuidando para que as atividades da organização não os agridam direta ou indiretamente, zelando pelo ambiente econômico, social e natural que requerem"

De acordo com Gomes (2004, p.46) no Brasil, diante das limitações da ação estatal, desenvolve-se e consolida-se uma política de desenvolvimento social que exige a participação de novos atores e não somente do Estado.

Com isso, a exclusão social presente na estrutura da sociedade brasileira, nos últimos anos vem mobilizando as empresas privadas a tomarem iniciativas sociais fazendo com que os empresários passem a ter consciência de que os governos não podem atender sozinhos a toda a demanda de ações provenientes da sociedade. Com isso, surge o conceito de Responsabilidade Social que conforme ZARPELON (2006, p. 15): É a responsabilidade assumida diante da sociedade, em relação à geração de emprego, a pagamento de salários dignos, à arrecadação da carga tributária, ao aumento da qualidade de vida, à assimilação e transferência de tecnologia, ou a qualquer outro fator que possa agregar benefício para a gestão e para a sociedade.

Assim, é possível perceber, que a responsabilidade social traz vários benefícios para a empresa, funcionários e sociedade. Para a empresa o fortalecimento da lealdade, ajudando atrair e manter bons funcionários, proporcionando motivação e confiança para a resolução dos problemas, incentiva a criatividade, a persistência o trabalho em grupo, agregando valor ao clima organizacional, promove a marca e imagem da empresa, favorece o reconhecimento e valorização dos consumidores, dentre outros aspectos (AZEVEDO, 2013, p.8-9).

2.3 - Case: Itaú Unibanco Holding S.A.

Ao decorrer da sua trajetória, o Itaú foi acompanhando e participando da evolução do país e das histórias de inúmeros funcionários e clientes e destaca, como sendo uma de suas maiores riquezas, as suas memórias. A Casa Moreira Salles, fundada por João Moreira Salles em Poços de Caldas, em 27 de setembro de 1924, foi a primeira instituição que recebeu do governo federal a carta patente que lhe permitia funcionar como seção bancária, ou seja, correspondente de bancos importantes do estado.

Após vinte anos o industrial do ramo têxtil Alfredo Egydio de Souza Aranha e seu sócio, Aloysio Ramalho Foz deu início a segunda agência bancária com o nome de Banco Central de Crédito S.A no centro da capital paulista. João Moreira Salles passou a administração da Casa Moreira Salles para seu filho Walther, que assumiu por completo em 1933, ainda como estudante de direito.

Em 1959, a administração do banco de Alfredo Egydio foi transferida para o seu sobrinho Olavo Setubal, e para o genro, Eudoro Villela. Juntos, os dois aceleraram o ciclo de transformações na instituição. Futuramente a Casa Moreira Salles viria a se tornar Unibanco, e o Banco Central de Crédito passou a se chamar Itaú, isso em 1960. Em 2008, dois dos mais importantes e populares bancos do Brasil se uniram, numa operação que representou uma das maiores fusões da história brasileira.

Naquele histórico 4 de novembro, nasceu também um dos maiores bancos do mundo e um gigante brasileiro. Por noventa anos, o Itaú atravessou fronteiras, inaugurando sua atuação global e instalando-se em outros países da América Latina, e continua seguindo os princípios e os valores dos seus pioneiros em busca de um futuro melhor.

2.3.1 - Benefícios Mútuos

Os benefícios mútuos trazidos pelas instituições públicas e privadas são totalmente compreendidos de acordo com os programas sociais realizados por elas, cada programa social, público ou privado tem sua importância no tratamento das desigualdades sociais e na projeção de paz e justiça para a humanidade. Uma educação para a paz passa pela reflexão sobre as condições geradoras das diversas violências, inclusive as produzidas pela própria família e escola, além da responsabilização de cada um frente a esse processo. As ações desenvolvidas dentro desta política se inserem nos espectros de políticas sociais de desenvolvimento local, pois podem contribuir com melhoria das condições de vida, motivação para o consumo e benefícios culturais e diminuição da violência cotidiana, além de incorporar o patrimônio Escola Pública como capital social e como patrimônio da comunidade. É evidente que o Brasil é referência quando se trata de políticas sociais, visto que há vários programas que atender a população, como o Bolsa Família, Peti, SUS, Minha Casa Minha Vida, entre outros. Porém é inegável que há uma grande desigualdade social no país, segundo dados da ONU a colocação brasileira está em 79º lugar entre 187 países.

Podemos pegar como um exemplo o maior programa social do governo brasileiro: o Bolsa Família, o qual tem 45,8 milhões de beneficiados, este tem como objetivo erradicar a fome e a miséria no país. Uns de seus critérios para se cadastra no programa é que as crianças e adolescentes das famílias, tem que estar matriculado e frequentado as escolas e que a renda per capita seja de menos de R$70,00 por pessoa, logo o governo está distribuindo renda para suprir as necessidades básicas da população.

Outro grande programa do governo, promovido pela secretária de saúde é o SUS, como Bolsa Família, esse atende uma grande massa da população brasileira, porém está sendo investigado por escândalos de corrupção, visto que funcionários cobrariam dos pacientes propinas para serem atendido (cirurgias) antes de outros pacientes que estejam na fila de espera, gerando uma desigualdade social.

Mesmo com essas análises positivas, não basta o Brasil ser referência em programas sócias, visto que a corrupção corroí tais programas sociais. Pois podemos citar casos onde o Bolsa Família serviu para comprar votos políticos, o programa, minha casa minha vida, não atende as famílias necessitada, as cirurgias no SUS não são direcionadas para cidadãos que realmente precisa por consequências financeiras.

Outro programa que tem seu espaço é o Pro Paz surgiu em 2004 como programa de governo e foi vinculado a casa civil.

Em 2015, o Pro Paz deu um passo importante que consolidou mais de 10 anos de atuação no Estado do Pará e passa a ser Fundação, criada pela Lei nº 8.097, de 1 de janeiro de 2015, ganhando status de entidade de Administração Direta, vinculada diretamente ao Gabinete do Governador.

2.3.2 - A Fundação Pro Paz Passa a Ter Como Funções Básicas

- A unificação e integração de ações e programas sociais objetivando o aprimoramento da gestão governamental, assim como evitar a pulverização de recursos e a sobreposição de ações e programas;
- A promoção de políticas integradas visando o combate da exclusão social;
- O desenvolvimento de ações de turno complementar escolar por meio da arte, cultura, educação, esporte e lazer;
- O fomento a ações no âmbito escolar para a promoção da Cultura de Paz; ações de prevenção da violência juvenil e ações para geração de emprego, renda e promoção da cidadania para jovens;
- A realização de ações conjuntas com as Unidades Integradas Pro Paz (UIPPs), da Secretaria de Segurança Pública e defesa Social (Segup);
- O fortalecimento da rede de garantia de direitos por meio da articulação e capacitação dos seus atores, instituindo instrumentos protocolares;
- O apoio a iniciativas da sociedade civil organizada, compatíveis com o objetivo do Programa;

- A coordenação dos serviços integrados de atendimento à criança, ao adolescente e à mulher vítima de violência e ações itinerantes de cidadania visando o atendimento integrado nas áreas da proteção, promoção e defesa social.

➢ **Os eixos em que a Fundação atua são:**

- **Atenção**: projetos Pro Paz Integrado, Pro Paz Mulher e Pro Paz Cidadania;
- **Prevenção**: projetos Pro Paz Integrado, Pro Paz Mulher, Pro Paz nos Bairros, Pro Paz Escola, Pro Paz Juventude e MOVER;
- **Defesa e Responsabilização**: projetos Pro Paz Integrado, Pro Paz Mulher e Unidade Integrada Pro Paz (UIPP);
- **Estudos e Pesquisas**: projetos Pro Paz Integrado, Pro Paz Mulher e Pro Paz nos Bairros;
- **Promoção**: projetos Pro Paz Integrado, Pro Paz Mulher e Pro Paz Juventude;

Esse programa tem sido citado como exemplo de boa prática pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Doha, no Qatar, durante o 13º Congresso de Prevenção contra o Crime, realizado em abril do mesmo ano, o Pro Paz ganha reconhecimento do Comitê Permanente da América Latina para Prevenção de Delito (Coplad), do Instituto Latino Americano das Nações Unidas (Ilanud) e que apresenta, em uma de suas seções, 13 páginas que citam o Pro Paz como uma das experiências positivas de prevenção à criminalidade no mundo.

O setor privado desempenha um papel importante no alcance dos Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além de serem a força motriz do sistema econômico, as empresas têm estratégias de negócios que impactam diretamente o meio social e ambiental onde operam. Sem dúvida, o cumprimento dos ODS até 2030 dependerá da conscientização de líderes corporativos e de seus funcionários. **A Rede Brasil do Pacto Global** incentiva ações para que as companhias incorporem a sustentabilidade em suas rotinas de produção e ampliem o engajamento.

Quando falamos das empresas privadas que se importam com programas sociais, entendemos que ela está agindo com responsabilidade social, visando o bem-estar de todos, tanto o dos colaboradores, quanto o das pessoas que contratam seus produtos e/ou serviços. Trazendo esse contato social a partir de genuíno e voluntário, que tem que partir da empresa sem nenhum tipo de interesse associado a não ser o de causar um impacto positivo social.

A Bayer mantém atividades comerciais em aproximadamente 150 países. Em sua missão e valores, um dos princípios é a sustentabilidade em sua atuação. Desta forma, a Empresa tem o objetivo de ajudar a resolver problemas sociais e superar desafios globais, apoiando financeiramente e com seus conhecimentos e experiências cerca de 300 projetos. Tais atividades sociais têm sido um elemento-chave da política corporativa da Bayer por mais de um século e certamente representam parte do sucesso da Empresa.

Com todas estas iniciativas, o Grupo Bayer está contribuindo para melhorar a perspectiva de futuro das pessoas, sejam crianças em idade escolar, cientistas talentosos ou jovens ambientalistas em todo o mundo. O objetivo é reduzir as diferenças sociais e garantir a saúde em países menos favorecidos.

Fundada em 2007, a Fundação Science & Education da Bayer persegue os objetivos principais de honrar realizações notáveis, em termos de pesquisa, auxiliando jovens cientistas talentosos e apoiando importantes projetos escolares. Os projetos de apoio focam na ciência e medicina. A Fundação Bayer Cares promove projetos de voluntariado, por meio de funcionários Bayer e cidadãos. Além disso, a fundação apoia pessoas, que, por exemplo, encontram-se numa situação de dificuldade aguda, após catástrofes naturais.

Figura 5. BAYER Foundations

- **O Instituto Walmart Brasil,** também tem sua atuação como exemplo quando se fala em responsabilidade social, ele atua como interlocutor entre a empresa e as comunidades, trazendo sempre o olhar social para o negócio, sendo parceiro no desenvolvimento de ações que resultem em benefícios para comunidades e na garantia de direitos que percorrem toda a cadeia de valor da companhia. Para entender melhor

como essa composição é fundamentada e como nossas ações estão presentes dentro e fora da empresa, é importante recorrer à base, ao significado de cada uma delas.

A prática desse programa, bem como dos programas inseridos nas outras duas causas do Instituto, tem nos mostrado a importância de empreender recursos privados com planejamento e foco em resultados sustentáveis, que garantam realmente a transformação social de seus beneficiários. Mostra ainda que é imprescindível que tais programas contem com a participação e envolvimento da própria comunidade beneficiada, caso contrário, eles não poderiam existir ou surtir o efeito desejado. Como costumam dizer os educadores do programa Escola Social do Varejo, a formação é feita "com" o jovem.

No caso da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), devemos entendê-la como uma relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona (funcionários, comunidades, clientes, parceiros), por meio do estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Figura 6. Instituto WALMART

Os caminhos percorridos pelas empresas até aqui, tanto em Investimento Social Privado e Responsabilidade Social Corporativa, nos mostram que o trabalho dessas empresas, ao mesmo tempo que contribui para a melhoria de vida de populações, recebe em troca conhecimentos e aprendizados que só melhoram seu modo de atuar como instituição.

A responsabilidade social é consequência objetiva dos programas, projetos e ações de extensão, fruto do compromisso institucional de atender à sociedade. Assim, ao planejar e

executar atividades de extensão com consequências positivas para a empresas que praticam a responsabilidade social.

O caminho é: empresas e sociedade andando juntas em benefício de ambas as partes. Para a cooperação de um futuro mais justo e sustentável socialmente.

CAPÍTULO 3. MUDANÇA DE PENSAMENTO

Cada vez mais as empresas de médio e grande porte têm investido em projetos sociais de forma a contribuir com o desenvolvimento humano e consequentemente com o meio ambiente. Este artigo visa uma compreensão dessas mudanças as razões que fizeram muitas empresas despertarem seus interesses por questões sociais e que muitas vezes investem em campanhas e ações, sejam por interesse próprio ou por marketing. A partir da análise de quatro fundações mantidas por empresas foi possível observar que esta tendência se deve a um processo de autoconscientização da necessidade de fazer intervenções sociais, a uma consequente valorização de seus papéis na bolsa, a incentivos fiscais, a pressão de acionistas, e a uma preocupação com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

3.1 - Como Condicionar o Pensamento

Nos últimos trinta anos o Brasil tem obtido uma crescente tendência das empresas de grande capital idealizarem institutos e fundações destinadas a fazerem intervenções sociais para o desenvolvimento humano, defesa de direitos humanos e preservação dos recursos naturais.

Este artigo estuda os diversos fatores, e motivadores envolvidos nas ações de responsabilidade social/ambiental e a ética. Pretendemos aqui, responder por que essas empresas têm investido cada vez na qualidade de vida dos funcionários, bem como da comunidade onde estão inseridas. Bem como dos que compõe grupos minoritários em comunidades onde estão inseridas.

Primeiramente, farei uma contextualização histórica sobre a relação atividades industrial e trabalhadores, e como esta relação tem evoluído para um enfoque maior no homem. Em seguida discutirei conceitos básicos de ética empresarial, responsabilidade social, e a crescente atenção que esses fatores têm ganhado nas atividades empresariais. Analisarei também alguns exemplos de iniciativas de empresas socialmente responsáveis. E, finalmente discutirei as implicações, limitações e desafios desta prática.

A responsabilidade social se apresenta como um tema cada vez mais importante no comportamento das organizações e exerce grandes impactos nos objetivos, estratégias, visão, missão e valores da empresa.

O objetivo deste artigo é colaborar para uma melhor compreensão dos conceitos de responsabilidade social e ética, apresentando tanto os ganhos empresariais a partir dessas ações também as perdas empresariais devido a falta de projetos de cunho social. Busquei ainda trazer algumas contribuições no sentido de uma melhor compreensão da importância destas estratégias e dos benefícios que as mesmas podem trazer para a empresa dando ênfase a ética como pilar importante na formação do caráter e da moral tanto do profissional quanto da organização.

Este artigo me objetivou estudar a ética empresarial, numa forma mais profunda, que me fez entender melhor situações e comportamentos e utilizar ferramentas de responsabilidade social para agregar conhecimentos, estimular a organização a investir no capital humano e no social, como forma de gerar valor, riqueza e contribuir no crescimento social e responsável do nosso país.

A revolução industrial provocou diversas transformações nas estruturas da sociedade, nos modos de produção e distribuição de bens e serviços, na exploração de recursos naturais, e especialmente na organização do trabalho. A produção em escala, talvez a principal característica da revolução industrial, levada ao extremo em sua tentativa de maximizar a utilização de recursos para se obter a redução do custo de produção contribuiu para a omissão dos danos que este modo de produção causou à natureza e, consequentemente ao homem.

Charles Chaplin demonstra com humor e sapiência esse fenômeno num de seus mais memoráveis trabalhos: Tempos Modernos. Neste filme, o gênio do cinema interpreta um trabalhador de uma fábrica numa linha de montagem, que pelo esforço repetitivo e inquestionável de seus movimentos, e na obsessão de seus gerentes de atingir resultados eficientes, torna-se um ser desumanizado, um robô, que mesmo depois de seu horário de trabalho sai da fábrica repetindo involuntariamente os movimentos do trabalho, como apertar parafusos, por exemplo.

Em todos os locais da fábrica há a presença de um grande relógio para lembrar aos trabalhadores que “tempo é dinheiro. Assim, se consagra a máxima que aumentar os lucros, independente de quaisquer consequências humanas, era, e continua sendo, o objetivo primordial das sociedades anônimas, e dos grandes conglomerados industriais. Talvez tenha sido esse um dos principais estorvos da revolução industrial: a transferência do enfoque das atividades

produtivas, ou seja, do valor do trabalho antes feitos artesanalmente pelo homem, para o lucro proporcionado pelas economias de escala.

No século XIX, com o surgimento da sociologia, tentou-se racionalizar essas consequências da atenção excessiva no lucro e no acúmulo de capital por parte das empresas e dos grandes capitalistas. Surgiram então, as primeiras teorias sociológicas do trabalho. Dentre as quais se destacam a de Marx e Durkeim, só para citar duas. Marx afirma que:

"O trabalho é a essência do homem, pois é o meio pelo qual nos relacionamos com a natureza e a transformamos em bens aonde vão se dar o valor, o trabalho é uma mercadoria, onde possui um valor de uso e um de valor de troca".[2]

Dadas às péssimas condições de trabalho na época, Marx defendia a ideia de que o trabalhador, o proletário, deveria lutar para recuperar sua posição de destaque na sociedade, e com isso, tomasse posse dos meios de produção e os controlasse.

Durkeim, por outro lado, acreditava que:

"O indivíduo não teria importância nesse contexto de análise, já que ele não constrói a sociedade e suas instituições, mas as herda e deve se adequar ao contexto que elas proporcionam. Dessa forma, o indivíduo não influencia na divisão social do trabalho, apesar de executá-la".

Tenho aí ideias antagônicas quanto ao papel do indivíduo nos processos de produção, e da execução do trabalho diante de todas as formas de exploração da mão-de-obra, característica da revolução industrial em seus três primeiros séculos. As consequências deste descaso do trabalhador culminaram com revoluções, greves, e a criação de sindicatos que regulassem as profissões para amenizar a exploração. Dá-se o início a uma luta dos trabalhadores por leis que regulam o trabalho, por um tratamento humano e por respeito a direitos antes negligenciados pela classe patronal. O final do século XIX e início do século XX foram marcados por reivindicações de natureza ética nas relações das empresas com seus trabalhadores, e posteriormente estas reivindicações começaram a fazer parte de uma agenda que incluía não só o homem como o meio ambiente de onde as empresas, inescrupulosamente, retiravam e retiram recursos naturais como petróleo, matéria prima, e mineral para a produção de seus bens. Esta preocupação com a ética, iniciada nos países desenvolvidos já nas décadas posteriores à 2ª Grande Guerra, só chegou ao Brasil nos anos 90. Isto graças ao processo de redemocratização do país, e à globalização, que tem como uma de suas principais características a padronização de processos de produção. Entretanto, entretanto não se pode estabelecer uma relação direta entre globalização e o crescimento da conscientização sobre ética, pois o processo

de internacionalização do capital não se baseia em princípios morais, mas sim financeiros. Uma indústria pode, por exemplo, transferir sua planta para um país onde as leis trabalhistas e ambientais sejam mais frouxas. O que se pode afirmar é que as disseminações da informação através das técnicas oriundas dos avanços tecnológicos podem produzir conhecimento e conscientização de procedimentos éticos praticados por empresas em suas relações com os trabalhadores e o meio ambiente.

3.2 - Ética Empresarial e Responsabilidade Social

Uma sociedade onde não há regras e leis baseadas em valores morais, não subsiste e corre o risco de se tornar uma anarquia. No meio empresarial, então, imperaria a lei da selva, onde apenas os mais fortes, os mais adaptáveis sobrevivem, e estes lançariam mão de quaisquer meios para obter lucro e maiores fatias do mercado. Logo, conclui-se que é necessário que haja regras que rejam as empresas, assim como há leis que regem a sociedade. Como, então, poderiam impor limites, e regular as ações das empresas e de seus dirigentes. Ou isto não é necessário? Para o economista clássico Adam Smith, um dos engenheiros do liberalismo econômico, tal tentativa é desnecessária, pois num sistema de mercado há uma coordenação invisível que assegura a consistência dos planos individuais, e que o resultado de tais planos corresponde ao interesse geral da sociedade. Não é isso, entretanto que se observa na prática, pois nos últimos anos temos testemunhado diversos casos de empresas que se utilizam de meios ilícitos para desenvolver suas atividades e atingir seus objetivos.

Um dos maiores escândalos corporativos de todos os tempos levaram à falência duas empresas tradicionais e de renome como a Arthur Andersen e a Enron. A primeira estava encarregada de realizar consultoria nas contabilidades da segunda. Os relatórios resultantes da consultoria eram passados aos acionistas. Com a manipulação de dados realizada pela Arthur Andersen e o consentimento dado pelos executivos da Enron houve uma supervalorização das ações, que culminou com a falência da Arthur e a descredibilidade da Enron.

Em 2006, a presidente do conselho executivo, Patrícia Dunn, decidiu abandonar o cargo após terem sido descobertos atos ilegais de espionagem industrial. As atividades da HP envolviam investigadores particulares e métodos nada ortodoxos de vigilância, tudo isso em busca de uma fonte que estaria vazando informações para a imprensa.

Atualmente as empresas Randon S/A Implementos e Participações, Fras-le S/A e Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. estão sendo acusadas de práticas de assédio moral. Segundo o sindicado dos metalúrgicos de Caxias do Sul, a acusação se baseia no fato de que a

atitude adotada pelas empresas em outubro de 2008 de ameaçar empregados com dispensa sem justa causa como forma de forçar estes a aceitarem alteração contratual. O advogado do sindicato Assis Carvalho explica que "Chamavam os trabalhadores em grupos de quatro ou cinco e faziam acordos individuais e quem não assinasse era demitido imediatamente. "

A KPMG publica regularmente um relatório sobre as fraudes nas empresas brasileiras. Em 2009, 52% das 1.000 organizações pesquisadas foram dos ramos industriais mais vários setores estiveram representados como químico, farmacêutico, petróleo, lojas de varejo, automotivo, infraestrutura, construção, agronegócios, bancos, seguradoras, informática, transporte e logística. Enfim, um vasto leque com faturamento que ia de 100 milhões a mais de 5 bilhões anuais.

O rombo no Banco Panamericano, do Grupo Silvio Santos, é o resultado de um acúmulo de irregularidades contábeis desde meados de 2006. O banco inflava seus balanços por meio do registro de carteiras de créditos que haviam sido vendidas a outras instituições como parte de seu patrimônio. A maquiagem permitiu que o valor da empresa fosse incrementado antes da abertura de seu capital, em novembro de 2007. Mas não pode blindá-lo contra a crise de crédito em 2008. No ano seguinte, o Banco teve 49% de seu capital votante comprado pela Caixa Econômica Federal. O que ainda não se sabe é como irregularidades tão grandes passaram pelo crivo de tantas instituições e por que só foram descobertas este ano pelo Banco Central.

Não é apenas dentro das empresas onde práticas de desrespeito acontecem. Atualmente a empresa Chevron está envolvida em pelo menos dois casos de derramamento de óleo em suas operações de extração de petróleo no Brasil. Os prejuízos ao meio ambiente são muitas vezes difíceis de serem calculados, e em alguns casos são subestimados pelas mesmas empresas que os causaram.

A partir dos casos descritos acima, pude concluir que as atividades das empresas devem ser reguladas a partir de valores e normas que sejam reconhecidos como vinculantes dentro de determinada empresa. Estes valores e normas colocados em prática são o que chamamos de ética empresarial, que como afirma Leisinger:

> "Aplicada ela tem como meta estabelecer, através de acordo com as pessoas atingidas pelo agir empresarial, normas matérias e processuais que foram postas em vigor na empresa, e restringir os efeitos conflituosos do princípio do lucro na direção de suas atividades concretas ".

Este acordo tem a forma de um contrato social que molda o comportamento de todos os membros da sociedade, o que inclui não somente os funcionários das empresas, como

também todos os que compõem o meio ambiente na qual ela está inserida, ou desenvolve suas atividades. A ética empresarial leva em conta não somente os resultados financeiros das empresas como também as responsabilidades econômicas, sociais e ecológicas. Dada a importância que as questões ecológicas têm adquirido nos últimos anos faz-se necessário esclarecer que o homem é um componente crucial do meio ambiente, que é definido como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem química, física e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

Logo, questões ambientais encontram-se, hoje, no centro das discussões sobre ética empresarial e políticas públicas dos governos. Alguns exemplos deste fenômeno é a aprovação do novo Código Florestal, que contraria interesses de populações nativas e a frouxa lei contra o desflorestamento, a construção da usina de Belo Monte, pela mesma razão, e a transposição do Rio São Francisco, que teve seu orçamento dobrado e ainda não foram claramente definidos os beneficiários da obra.

A necessidade de se pôr em prática um conjunto de normas e valores que definem as práticas de determinada empresa tem levado à concepção de um código de ética empresarial, que é "um conjunto de normas éticas ditadas pela autoridade empresarial com vistas ao bem comum ". Eles especificam as infrações previsíveis e a sansão correspondente a cada uma delas.

Um ponto importante, ou talvez o mais importante, num código de ética é considerar o ser humano como o fim, que é basicamente a ideia de Marx quando ele afirma que o trabalhador precisa recuperar sua posição de destaque na sociedade. Reiterando esta ideia, Passos esclarece que:

> "As organizações devem dedicar à ética o mesmo cuidado dispensado às questões ditas organizacionais, não só porque ela é condição de sobrevivência das mesmas, mas porque o ser humano deve ser seu valor maior, seja ele parte da estrutura interna da organização – gerentes, funcionários e demais pessoas relacionadas à equipe de trabalho -, ou sua clientela externa – parceiros clientes em geral, assim como toda a sociedade".

3.2.1 - Benefícios do Condicionamento

As observações anteriores indicam que qualquer ética empresarial tem, acima de tudo, uma característica humanista onde a vida humana é percebida como valor principal, e todas as ações empresariais devem levar a uma melhora do bem-estar coletivo da sociedade.

Tendo estabelecido o ser humano como foco principal, não somente como um ideal, mas de fato, da ética empresarial, que deveres econômicos, sociais e ecológicos têm as empresas com a sociedade?

Leisinger sugere que as empresas devem:

- empenhar-se e engajar-se a curto e a longo prazo pelo bem da empresa;
- cuidar com responsabilidade da segurança e previdência de colaboradores (a);
- levar em conta da maneira mais ampla possível, os interesses do meio ambiente;
- levar em conta da maneira mais ampla possível, o desejo dos consumidores;
- produzir e oferecer a preços razoáveis produtos e serviços que sejam úteis, seguros e saudáveis, e sob o aspecto qualitativo, os melhores possíveis;
- criar ou pelo menos manter vagas de trabalho;
- engajar-se em favor do contexto social, apoiar as comunidades e assumir responsabilidade social, bem como, ultimamente em medida cada vez maior;
- levar em conta o shareholder value, isto é, os interesses de curto e longo prazo dos acionistas da empresa.

> "A partir dos itens acima é possível perceber que há uma relação intrínseca entre ética empresarial e a responsabilidade social ou seja, o que as empresas devem fazer, com a responsabilidade social, que é vista como um compromisso da empresa em relação à humanidade geral."

Entretanto, não há uma unanimidade quanto à necessidade das empresas adotarem políticas de responsabilidade social. Alguns economistas consideram que a única responsabilidade que as empresas devem ter é de maximizar o lucro para os acionistas. Contra políticas de responsabilidade social eles argumentam que os problemas sociais são de responsabilidade da sociedade como um todo. Outros, que têm uma visão socioeconômica, afirmam que as empresas não somente devem buscar o lucro, mas também a proteção e a melhoria da qualidade de vida das comunidades em que elas operam, e da sociedade em geral.

É evidente que empresas que se empenham em melhorias para a sociedade estão investindo para soa boa imagem pública, o que leva a um aumento de interesse dos acionistas e investidores. A BM&FBOVESPA, em conjunto com várias instituições – ABRAPP, ANBIMA, APIMEC, IBGC, IFC, Instituto ETHOS e o Ministério do Meio Ambiente – decidiram unir esforços para criar um índice de ações que seja um referencial para os investimentos socialmente responsáveis, o ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial. O ISE

visa identificar ações de empresas que são socialmente responsáveis e empresas que agem com transparência e prestam serviços de qualidade à sociedade.

Todavia, o lucro não deve ser o principal norteador das atividades empresarias. Como explica Michael Jullier, “a empresa não deve fazer isso apenas para garantir o lucro, mas também para realmente se converter em uma fonte de soluções para os problemas da sociedade, pois o objetivo de um produto é justamente atender às necessidades do cliente e isso significa resolver o seu problema. ”

Apesar de todas as evidências e argumentos apontarem para ações de empresas orientadas ao bem-estar da sociedade, “a possibilidade de harmonizar a prática comercial-lucrativo com o agir moralmente bom parece haver ocasionado dificuldades aos homens de todas as épocas ”. À primeira vista, o lucro e a moral podem parecer coisas antagônicas, excludentes. Mas também há uma tendência atual em fazer com que ambos coexistam dentro do cenário empresarial. Com os avanços da tecnologia da informação e a disseminação do uso das redes sociais no meio corporativo, tem havido uma tentativa de conciliar atitudes éticas dentro e fora das empresas com um dos seus principais objetivos; serem empreendimentos lucrativos.

3.3 - Iniciativas de Empresas Socialmente Responsáveis

- **Fundação José Carvalho.**

A Ferbasa é uma empresa do setor de mineração fundada pelo engenheiro José Gorgosino de Carvalho Filho em 1961, no município de Campo Formoso no Estado da Bahia. É a maior fabricante de Ferro ligas do Brasil e única produtora integrada de ferro cromo das Américas, exercendo as atividades de mineração, reflorestamento e metalurgia. Sua missão é continuar como uma líder de mercado, fortalecida pelos seus valores éticos e sociais. Entre outros valores da Ferbasa chamam a atenção a qualidade e segurança em tudo o que faz, e a valorização da qualidade de vida.

Como ações que procuram colocar em práticas os valores contidos em seu planejamento estratégico estão o reflorestamento de eucalipto e a mitigação de impactos causados pelas suas atividades. A Ferbasa tem feito investimentos em tecnologias que diminuem a emissão de poluentes sem comprometer a sua produtividade. Além disso, a Ferbasa mantém a Fundação José Carvalho idealizado pelo fundador da mineradora.

Atualmente a Fundação possui 12 escolas que atende a 6.000 crianças e adolescentes dos estados da Bahia, Sergipe e Pernambuco.

O objetivo dos projetos educacionais realizados pela Fundação é formar cidadãos que venham tornarem-se agentes modificadores.

- **Instituto C&A.**

Criado em 1991 como resposta a uma crescente exigência de seus acionistas de institucionalizar investimentos em ações de responsabilidade social, o Instituto C&A tem como objetivo promover e qualificar o processo de educação em crianças e adolescentes no Brasil. Suas ações focam-se prioritariamente em iniciativas que possibilitem aos participantes o aprendizado de valores éticos e a aquisição de capacidade crítica para o exercício da cidadania.

Ao contrário da Fundação José Carvalho, que possui sede para o desenvolvimento das suas atividades, o Instituto C&A opta pelo trabalho em parceria, através de alianças institucionais e articulação com o poder público. Alguns dos projetos que o instituto apoia são: Prazer em Ler, Educação Integral e Educação Infantil. Atualmente o Instituto C&A é um dos mantenedores do Projeto Axé, localizado na cidade de Salvador foi pensado como um espaço educativo para os filhos e as filhas da exclusão, sobretudo aqueles já em condição existencial de rua. Por isso o Axé, através da figura do educador de rua, estimula permanentemente os jovens a construírem um projeto de vida novo e renovador, onde estes passam a si reconhecer não apenas como sujeitos de direto, mas também, sujeitos de desejo.

- **Fundação O Boticário.**

A Fundação O Boticário foi criada em 1990 e suas missão é promover e realizar ações de conservação da natureza. Dentre seus objetivos estão à conscientização da necessidade de se preservar a natureza, promover a sustentabilidade, e sensibilizar a sociedade para a causa conservacionista. A Fundação O Boticário está atualmente engajada na proteção de remanescentes de dois dos mais importantes biomas do Brasil:

a Mata Atlântica e o Cerrado. Suas reservas de proteção alcançam 11 mil hectares, e envolvem também o entorno das reservas. A conscientização sobre a pretensão da natureza também é promovida através de eventos como o Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.

- **Instituto Souza Cruz.**

O Instituto Souza Cruz foi fundado em 2000, e suas ações comprometidas com Desenvolvimento Humano Sustentável. Atualmente desenvolve o Programa Empreendedorismo do Jovem Rural. O PEJR é um programa de formação,

complementar à educação formal, direcionado a jovens agricultores familiares. Com uma prática formativa inovadora nos seus valores e no projeto pedagógico, estimulando a crítica, reflexão, criatividade, ética e a cidadania, o PEJR prepara o jovem para exercer um papel estratégico de agente do desenvolvimento rural.

Os exemplos acima indicam que a maioria das atividades desenvolvidas por fundações de empresas socialmente responsáveis são de incentivo à educação e à preservação ambiental. Isto mostra que essas áreas são preferenciais de investimento em projetos na opinião dos sócios e acionistas.

São empresas de médio e grande porte, conforme mostra o apêndice 1 (um) com todos os institutos e fundações financiadas por empresas. Esta pequena amostra confirma dados do censo do GIFE (Grupo de Institutos Fundações e Empresas), que agrega informações sobre todas as empresas que atuam no terceiro setor. A maioria delas foi fundada nos últimos trinta anos. 71% delas atuam na área de Defesa de Direitos, 56% em desenvolvimento comunitário, 59% em projetos educacionais, 49% na formação de jovens para o trabalho e/ou para a cidadania, 42% no meio ambiente, e 62% em saúde, e a maioria tem orçamentos de R$ 2 a 8 milhões de reais, o que confirma que são empresas de médio e grande porte. Isso significa que pequenas empresas não têm atuação em responsabilidade social, ou não há dados disponíveis sobre suas atividades?

E se não atuam qual seriam as razões? Orçamento limitado? Falta de recursos excedentes para financiar projetos sociais? Dada a escassez de informações não nos é possível prover respostas a essas indagações, o que torna esse tema relevante para futuras pesquisas.

Outro questionamento inevitável é a possibilidade dessas fundações estarem de fato fazendo o papel do governo, uma vez que todas elas atuam prestando serviços de educação, preservação do meio ambiente, e saúde. Isto não acaba desresponsabilizando o governo e o desestimulando a criar políticas públicas nessas áreas, que são de sua responsabilidade? Não seria o caso de o Terceiro Setor estar lentamente se tornando um agente terceirizado do governo? É importante esclarecer que essas empresas adquirem incentivos fiscais por estarem ajudando a promover desenvolvimento social em seus projetos educacionais, de saúde e de desenvolvimento sustentável. Portanto, há uma barganha de atuação social por incentivos fiscais favorecendo assim as pessoas menos favorecidas, que tem neste incentivo uma chance de crescimento profissional, elevando sua autoestima, adquirindo capacidade e competência.

3.3.1 - Estudo de Caso. Al-Nakba

"O Nakba não começou em 1948. Suas origens remontam a dois séculos atrás ..." Assim começa esta série de quatro partes sobre o 'nakba', ou seja, a 'catástrofe', sobre a história do êxodo palestino que levou à primeira guerra árabe-israelense em 1948 e o estabelecimento do estado de Israel. Essa história arrebatadora começa em 1799 com a tentativa de Napoleão de avançar na Palestina para verificar a expansão britânica e seu apelo aos judeus do mundo para que recuperassem suas terras em aliança com a França.

A narrativa se move através do século 19 e no século 20 com o mandato britânico na Palestina e vem até o momento no século 21 e os 'nakba' em curso no chão. Intelectuais árabes, israelenses e ocidentais, historiadores e testemunhas oculares fornecem a narrativa central que é acompanhada de material de arquivo e documentos, muitos dos quais foram lançados pela primeira vez pela primeira vez. "O Nakba não começou em 1948. Suas origens remontam a dois séculos atrás ... Assim começa esta série de quatro partes sobre o 'nakba', ou seja, a 'catástrofe', sobre a história do êxodo palestino que levou à primeira guerra árabe-israelense em 1948 e o estabelecimento do estado de Israel.

Esta história arrebatadora começa em 1799 com a tentativa de Napoleão de avançar para a Palestina para verificar a expansão britânica e seu apelo aos judeus do mundo para recuperar suas terras em aliança com a França. A narrativa se move através do século 19 e no século 20 com o mandato britânico na Palestina e vem até o momento no século 21 e os 'nakba' em curso no chão. Intelectuais árabes, israelenses e ocidentais, historiadores e testemunhas oculares fornecem a narrativa central que é acompanhada de material de arquivo e documentos, muitos dos quais foram lançados pela primeira vez pela primeira vez. Nota do editor: Desde sua primeira participação no árabe da Al Jazeera em 2008, esta série ganhou prêmios árabes e internacionais e foi bem recebida em festivais em todo o mundo.

- **Episódio um**.

  Para os palestinos, 1948 marca a 'nakba' ou a 'catástrofe', quando centenas de milhares foram expulsos de suas casas. A tragédia na Palestina não é apenas local; é uma tragédia para o mundo, porque é uma injustiça que é uma ameaça à paz do mundo.

  Arnold Toynbee, historiador britânico

  Mas para os israelenses, o mesmo ano marca a criação de seu próprio estado.

Esta série tenta apresentar uma compreensão dos eventos do passado que ainda estão moldando o presente.

Essa história começa em 1799, fora dos muros do Acre, na Palestina controlada pelos otomanos, quando um exército comandado por Napoleão Bonaparte cercou a cidade. Foi tudo parte de uma campanha para derrotar os otomanos e estabelecer uma presença francesa na região.

Em busca de aliados, Napoleão emitiu uma carta oferecendo a Palestina como pátria para os judeus sob proteção francesa. Ele convocou os judeus a "se levantarem" contra o que ele chamou de seus opressores.

O apelo de Napoleão foi amplamente divulgado. Mas ele acabou derrotado. No Acre de hoje, a única lembrança dele é uma estátua no topo de uma colina com vista para a cidade.

No entanto, o projeto de Napoleão para uma pátria judaica na região sob um protetorado colonial não morreu, 40 anos depois, o plano foi revivido, mas pelos britânicos.

- **Episódio dois**.

Em 19 de abril de 1936, os palestinos lançaram uma greve nacional para protestar contra a imigração judaica em massa e o que viam como a aliança da Grã-Bretanha com o movimento sionista.

Os britânicos responderam com força. Durante os seis meses da greve, mais de 190 palestinos foram mortos e mais de 800 feridos.

Desconfiados da revolta popular, os líderes árabes aconselharam os palestinos a acabar com a greve.

Os líderes palestinos cederam à pressão dos chefes de Estado árabes e concordaram em se encontrar com a Comissão Britânica de Inquérito, chefiada por Lord Peel.

Em seu relatório de julho de 1937, a Comissão Peel recomendou a divisão da Palestina. Seu relatório traçou as fronteiras de um estado judeu em um terço da Palestina e um estado árabe nos dois terços restantes, a ser fundido com a Transjordânia.

Um corredor de terra de Jerusalém para Jaffa permaneceria sob mandato britânico. A Comissão também recomendou a transferência, quando necessário, de palestinos das terras alocadas para o novo estado judeu.

As propostas da Comissão foram amplamente publicadas e provocaram um debate acalorado.

Enquanto a revolta palestina continuava, a resposta da Grã-Bretanha endureceu. Entre 1936 e 1937, os britânicos mataram mais de mil palestinos; 37 policiais militares britânicos e 69 judeus também morreram.

- **Episódio três**.

Poucos palestinos, se algum, poderiam ter imaginado que seriam vítimas do que mais tarde seria chamado de "limpeza étnica".

Quando os britânicos se preparavam para deixar a Palestina, não tínhamos armas. Meu pai me deu dinheiro e eu comprei uma arma com apenas três balas para 100 liras palestinas. Sami Kamal Abdul Razek, refugiado palestino

Após 30 anos de domínio britânico, a questão da Palestina foi encaminhada às Nações Unidas, que se tornou o fórum para conflitos. Em 29 de novembro de 1947, a Assembléia Geral da ONU reuniu-se para elaborar um plano para a partição da Palestina. A Resolução 181 da ONU dividiu a Palestina em um estado árabe e um estado judeu, com Jerusalém como uma cidade internacionalizada.

O estado judeu recebeu 56% da terra; a cidade de Jaffa foi incluída como um enclave do estado árabe; e a terra hoje conhecida como Faixa de Gaza foi separada das regiões agrícolas vizinhas. Mas tornar o estado árabe proposto praticamente impraticável aos olhos de muitos palestinos. Quando o projeto de resolução foi apresentado para votação, os jornais árabes publicaram uma lista de nomes e vergonha dos países que votaram pelo plano de partição da ONU, e manifestantes árabes tomaram as ruas. Após a resolução da partição, a Grã-Bretanha anunciou que terminaria seu mandato na Palestina em 14 de maio de 1948. EPISÓDIO QUATRO: No início de 1948, as forças paramilitares judaicas começaram a apreender mais terras na Palestina.

No final de julho, mais de 400 mil palestinos haviam sido forçados a fugir de suas casas, e sua condição de refugiados havia acabado de começar. Juro por Deus que provamos isso; nós provamos fome como ninguém fez. Hosni Mohammad Smada, refugiado palestino Em maio daquele ano, o diplomata sueco conde Folke Bernadotte foi nomeado mediador da ONU na Palestina.

Sua missão era buscar um acordo pacífico. O conde pesquisou aldeias palestinas devastadas e visitou campos de refugiados na Palestina e na Jordânia.

A escala do desastre humanitário tornou-se aparente, quando ele testemunhou as condições de vida de cãibras, longas filas para comida básica e escassa ajuda médica. Conde Bernadotte não era estranho ao desastre humano; com a Cruz Vermelha, resgatou mais de 30.000 prisioneiros de guerra dos campos de concentração nazistas. Agora ele defendia o direito do palestino de retornar às suas casas. Em um relatório datado de 16 de setembro de 1948, ele escreveu:

> "Seria uma ofensa aos princípios da justiça elementar se essas vítimas inocentes não tivessem o direito de voltar para suas casas, enquanto os imigrantes judeus fluíssem para a Palestina e, de fato, pelo menos oferecessem a ameaça de substituição permanente dos refugiados árabes".

A primeira proposta do conde defendia fronteiras fixas por meio de negociações, uma união econômica entre os dois estados e o retorno de refugiados palestinos - a proposta foi rejeitada. Em 17 de setembro, o dia seguinte ao seu relatório da ONU, a comitiva do conde Bernadotte foi emboscada em Jerusalém.

Ele foi baleado à queima-roupa por membros da gangue judaica Stern. Debate Al Nakba: A luta histórica pela Palestina é caracterizada como as reivindicações e contra-reivindicações de árabes e judeus, mas um fator que é frequentemente negligenciado por trás da 'nakba' palestina ou 'catástrofe' de 1948, é o papel desempenhado por uma antiga potência imperial, a Grã-Bretanha. . Então, quais interesses eram mais bem servidos pelos britânicos na Palestina?

Como honrou seu dever de cuidado? e quais foram os cálculos e erros de cálculo que fez ao redesenhar o mapa da Palestina e remodelar sua história? Os 65 anos do estado de Israel continuam a causar conflitos e controvérsias. A história é escrita pelos vencedores, que são os reescritores da história à medida que novas informações, novos documentos e novos historiadores vêm à luz. É hora de examinar como a própria história é o campo de batalha para os corações e mentes das novas gerações de hoje.

Para discutir os eventos históricos que levaram à nakba, o nascimento de Israel e a construção da história, temos a companhia de Rosemary Hollis, ex-chefe do programa do Oriente Médio no Royal Insitute of International Affairs; James Renton, professor sênior de História na Edge Hill University e autor de The Masonade Sionista: O nascimento da aliança anglo-sionista 1914-1918; e Avi Shalam, professor de Relações Internacionais na Universidade

de Oxford e autor do conluio através do Jordão: o rei Abdullah, o movimento sionista e a partição da Palestina.

CONCLUSÃO

Os avanços tecnológicos impulsionados pela revolução industrial provocaram profundas transformações na estrutura da sociedade, e mais particularmente na organização do trabalho. A economia de escala impulsionou a produção com o objetivo de produzir cada vez mais por menores custos. Este novo paradigma de desenvolvimento levou a uma desumanização das relações de trabalho, a uma exploração irracional dos recursos naturais, e a procedimentos gerenciais não éticos.

Evidenciei através do referencial teórico deste artigo que nos últimos trinta anos surgiram diversas organizações e fundações fomentadas por grandes empresas com o objetivo de atuar como provedores de serviços a comunidades, a grupos minoritários, e como interventor no controle de uso dos recursos naturais e na preservação do meio ambiente. Empresas de grande porte passaram a programar em seus procedimentos atitudes éticas que procuram valorizar o ser humano e o meio ambiente em que ele está inserido, e adquiriram como meta o desenvolvimento sustentável, como mostram os exemplos descritos. Seja por auto-conscientização e auto- responsabilidade da necessidade fazer de intervenções sociais, seja para atender a expectativas de seus acionistas, seja pAra agir política e ecologicamente corretas, seja pra valorizar seus papéis na bolsa, seja para adquirir incentivos fiscais, o fato é que seguindo as tendências de países ricos, as empresas brasileiras têm destinado parte de seus lucros a projetos que visam a melhorias na vida das pessoas e no meio ambiente.

Pude evidenciar na pratica que as avaliações dos projetos desenvolvidos por suas fundações têm sido positivas e isto pode ser um bom termômetro da eficiência dessas empresas não somente em suas atividades industriais como também em suas ações sociais, produzindo tecnologia e conhecimento que podem ser utilizados pelo governo em suas políticas públicas.

Talvez o maior desafio seja fazer com que esses exemplos de responsabilidade social sejam também aplicados nas empresas de médio e pequeno porte. Isto porque estas são geralmente de capital fechado, possuem menores margens de lucro, e consequentemente têm menos recursos financeiros para projetos fora de sua produção industrial. Entretanto, não posso afirmar que esses fatores sejam limitações para que essas empresas desenvolvam programas modestos de intervenção social.

Ficou evidente que talvez o que lhes faltem seja algum ponto de partida que pode começar dentro da própria empresa e se expandir para além dos limites de suas atividades industriais investindo no capital humano, retendo talentos e fortalecendo suas bases organizacionais.

REFERÊNCIAS

[1] AL-NAKBA Awareness Project. Disponível em: http://palestineupdates.com/al-nakba-awareness-project/

[2] BMF BOVESPA. Segmentos de Listagem do Novo mercad., BMF BOVESPA, 2017. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/novo-mercado/> Acesso em 10/04/2019.

[3] CNJ. Exemplo de Justiça, Expedição Ribeirinho Cidadão. CNJ, 2015. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/corregedoriacnj/exemplos-de-justica> Acesso em 25/05/2019

[4] FERREIRA, F. R. A Prevenção da Violência e Promoção da Cultura de Paz: O Papel da Saúde Pública. FGV SB, 2012. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/10071

[5] GALTUNG, J. Três formas de violência, três formas de paz. A paz, a guerra e a formação social indo-europeia. Revista crítica de ciências sociais, 2005. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1018> Acesso em 25/05/2019

[6] GARCIA, T. ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes: a contribuição dos objetivos de desenvolvimento sustentável para governança corporativa das empresas. Dialogus. Disponível em: <https://www.dialogusconsultoria.com.br/ods-16-paz-justica-e-instituicoes-eficazes-a-contribuicao-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-para-governanca-corporativa-das-empresas/> Acesso em: 10/04/2019

[7] GIFE Associação dos investidores Sociais do Brasil. Disponível em: http://www.gife.org.br Leisinger, K. M. Ética Empresarial. Ed.Vozes, 2001

[8] INSTITUTO SOUZA CRUZ. Educação para a Sustentabilidade do Campo. Disponível em: http://www.institutosouzacruz.org.br/groupms/sites/INS_8BFK5Y.nsf/vwPagesWebLive/DO8BGDY7?opendocument&SKN=1

[9] LIMA, A. Projeto EMEF Desembargador Amorim Lima. EMEF Disponível em: <https://amorimlima.org.br/institucional/projeto-politico-pedagogico/> Acesso em 25/05/2019.

[10] ONU. Paz, Justiça e Instituições Eficazes, ONU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/tema/ods16/> Acesso em: 10/04/2019

[11] PNUD, Brasil. Especialistas debatem paz, justiça e instituições eficazes no Brasil. 2018. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2018/especialistas-debatem-paz--justica-e-instituicoes-eficazes-no-br.html> Acesso em 10/04/2019.

[12] STEINBERG, H.. (Org.) A Dimensão Humana da Governança Corporativa: pessoas criam as melhores e piores práticas. 2. ed. São Paulo: Editora Gente, 2003.